

Operação contra facções avança com cinco presos; Justiça, porém, manda soltar suspeitos

Juiz apontou falta de fundada suspeita nas abordagens e de provas que ligassem os detidos a invasão de casa; decisão ocorre em meio a forças-tarefas contra facções no município.

[pág. 2](#)



Estado prevê nomear 1,6 mil concursados da Polícia Penal após proibição de temporários

[pág. 5](#)

Caiado nega que negocia ministério e defende prioridade a aliados de primeira hora de Flávio

[pág. 6](#)

Eleitores de 29 municípios de Goiás terão transporte gratuito no segundo turno

[pág. 7](#)

"Policial não quer ficar parado em trevos", avalia deputado sobre Linha de Frente

Coronel Adailton cobrou mudanças no modelo de policiamento municipal e defendeu o formato antigo da Força Tática. A entrevista abordou avanço da criminalidade e ações da prefeitura em Anápolis.

[pág. 3](#)



Lula e Flávio dizem ter acordo para abrir sigilos; TSE ainda precisa autorizar

Candidatos assinaram documento para divulgação simultânea de dados bancários, fiscais e telefônicos. Medida depende do ministro André Mendonça e da requisição junto a órgãos oficiais.

[pág. 4](#)



DESDOBRAMENTO

Justiça manda soltar cinco presos em operação contra facções em Anápolis

Juiz apontou falta de fundada suspeita nas abordagens e de elementos que ligassem os investigados a uma tentativa de invasão de residência no Jardim Ana Paula

REDAÇÃO

Cinco pessoas presas pela Companhia de Policiamento Especializado (CPE) em Anápolis foram liberadas por determinação judicial nesta quinta-feira (22). Os investigados eram suspeitos de envolvimento em uma tentativa de invasão a uma casa no Jardim Ana Paula, registrada no dia 19, quando homens encapuzados e armados tentaram entrar no imóvel.

A soltura foi determinada pelo juiz Flávio Pereira dos Santos Silva, da 5ª Vara das Garantias, durante audiência de custódia. O Ministério Público havia solicitado a prisão preventiva dos cinco, citando a gravidade dos fatos e indícios de participação em organização criminosa.

Ao analisar as prisões, o magistrado apontou que as abordagens ocorreram sem fundada suspeita e que houve entradas em residências sem mandado judicial ou justificativa legal suficiente. A decisão também destacou a ausência de elementos objetivos que vinculassem os detidos à tentativa de inva-

são.

O juiz determinou a expedição urgente dos cinco alvarás de soltura, desde que não existam outras ordens de prisão contra os investigados. A liberação não impede a continuidade das investigações.

Força-tarefa

A operação Vis Civitatis, lançada nesta quarta-feira (21) pelo governador Daniel Vilela, em Anápolis. Na madrugada desta quinta-feira (22), equipes do Comando de Policiamento Especializado (CPE) prenderam os cinco suspeitos de envolvimento em tentativas de homicídio e apreenderam três veículos, três armas de fogo e 21 munições. Entre os veículos, um havia sido roubado no estado do Rio de Janeiro. As prisões ocorreram no bairro Recanto do Sol, em Anápolis.

Participaram da ação equipes da Companhia de Policiamento Especializado (CPE), do Grupo Especial de Repressão a Narcóticos (Genarc), do 4º Batalhão da Polícia Militar (BPM) e do 28º BPM. Segundo as



forças de segurança, os suspeitos são investigados por envolvimento em tentativas de homicídio registradas no município e foram autuados por associação criminosa.

Durante o lançamento da operação, o governador Daniel Vilela destacou a atuação integrada das forças de segurança estaduais e o compartilhamento de informações em tempo real.

“Em Goiás, quem manda é o Estado. Aqui, nen-

huma facção criminosa controla um palmo sequer do nosso território”, afirmou.

Com mais de 250 policiais de unidades especializadas, a operação tem como objetivo combater o crime organizado por meio da intensificação de ações coordenadas entre diferentes forças de segurança. Participam da mobilização o Grupo Tático 3 (GT3), vinculado à Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE); o Co-

mando de Missões Especiais (CME), que inclui o Batalhão de Choque e o Batalhão de Operações Especiais (BOPE); e o Comando de Operações de Cerrado (COC).

As ações seguem até sábado (24), com suspensão no domingo (25) em razão das restrições da legislação eleitoral. A intensificação do policiamento poderá prosseguir conforme a necessidade identificada pelas forças de segurança no município.



Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito
Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

REPORTAGEM

Carlos Antônio
Lucivan Machado

EMPRESA EDITORA
DIÁRIO DO MUNICÍPIO Ltda
Endereço: Rua PSJ 7; Qd. 04 Lt. 43;
PARQUE SÃO JERONIMO; 75.097-045.
Anápolis-GO

Deptº Comercial/ Redação
(62) 98251-1504
(62) 99161-3373

ENTREVISTA

Coronel Adailton critica gestão da Prefeitura na Segurança: "policial não quer ficar parado em trevos"

Deputado questiona descaracterização de viaturas no programa Linha de Frente e defende retomada do modelo de patrulhamento ostensivo adotado anteriormente pela Força Tática



REDAÇÃO

Viaturas descaracterizadas e posicionadas em trevos e praças de Anápolis foram alvo de críticas do deputado estadual Coronel Adailton (SD), durante entrevista ao Painel Diário nesta quinta-feira (22). O parlamentar questionou o modelo de policiamento adotado pela gestão municipal, por meio do programa Linha de Frente, e defendeu a retomada de veículos identificados da Polícia Militar e de patrulhamento ostensivo em regiões periféricas - como já

praticado anteriormente pela Força Tática no município.

"A defesa que eu faço é que as viaturas não poderiam ser descaracterizadas. A viatura tem que ser caracterizada da Polícia Militar, ninguém respeita cores diferentes, parecendo veículos de circo parados na praça pública, nos trevos", criticou. "Nenhum policial militar quer isso", acrescentou.

O deputado também responsabilizou a gestão municipal pelo cenário da

segurança pública na cidade, diante da atuação de facções criminosas. Como trouxe o Diário do Município, o Estado lançou operação nesta quarta-feira (21) para conter onda de violência em Anápolis depois de oito mortes violentas em menos de duas semanas.

"Se a briga de facção ocorre abertamente, está acontecendo nas ruas da nossa cidade e saiu dos bastidores, certamente nós estamos perdendo um pouco da nossa credibili-

dade, do nosso trabalho realizado frente à população. Eu tenho que reputar essa situação à gestão municipal. Não tem dúvida disso", apontou.

Coronel Adailton relembrou sua participação na implantação da Força Tática no município e defendeu a manutenção de viaturas caracterizadas e de policiais militares fardados e armados. "Naquela época, ajudei e deixei muito claro: não descaracterizem os veículos. Vamos colocar o veículo caracterizado da

Polícia Militar, com policiais militares armados e farda-dos no seu período de folga trabalhando em regime de hora extra. E foi o que funcionou até agora", re-lembrou.

Para o deputado, a mudança de nome e de identidade visual dos veículos não representa, por si só, uma solução para os problemas de segurança. "Criou-se um [novo] nome. Nome não resolve nada, não cuida de nada. E, principalmente, descaracterizaram as viaturas", enfatizou.

ELEIÇÕES

Lula e Flávio formalizam acordo para abrir sigilos simultaneamente

Documento será encaminhado ao TSE, que deverá requisitar informações a bancos, Receita Federal e operadoras de telefonia. Lula mantém exigência sobre empresa ligada a advogado próximo do senador

REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) formalizaram, nesta quinta-feira (22), um acordo para a abertura total e simultânea dos sigilos de ambos. O documento foi apresentado à imprensa pelo senador Camilo Santana e será encaminhado ao ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pelo caso.

A autorização conjunta prevê que os dados sejam divulgados em plataforma de acesso público ainda nesta quinta-feira, até as 23h59. O texto solicita que o ministro determine a requisição de informações ao Banco Central, às instituições financeiras, à Receita Federal e às operadoras de telefonia, com publicação simultânea no DivulgaCandContas ou em outro endereço eletrônico público.

“Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Nantes Bolsonaro candidatos à Presidência da República, já qualificados nos autos, vêm, conjuntamente, informar que aceitaram integralmente os termos recíprocos do desafio objeto destes autos e autorizam a abertura total dos respectivos sigilos”, diz o documento, assinado por Lula e por Maria Claudia Bucchianeri, coordenadora da equipe



jurídica da campanha de Flávio.

A formalização ocorre após a defesa do presidente comunicar ao TSE que o petista “não se opõe a absolutamente nada” em relação à abertura dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. Lula, porém, condicionou o cumprimento integral do desafio à inclusão de informações da Alcazar Holdings, empresa sediada

na Ilha da Madeira e pertencente ao advogado Willer Tomaz, apontado como próximo de Flávio.

Na petição, a campanha de Lula menciona registros que, segundo o texto, foram encontrados pela Polícia Federal e indicariam que Flávio figurava como “usuário master” de uma conta da Alcazar em um banco privado. O vínculo teria sido encerrado em

maio de 2025, após o início da Operação Sem Desconto, que investiga fraudes no INSS.

O documento também cita uma viagem do senador em um jato executivo da empresa de Tomaz. “Se, como [o candidato do PL] afirma, nada tem a esconder, não há razão para que a conta da Alcazar fique fora das gavetas que ele mesmo propôs abrir. Quem

não deve, não recorta”, diz.

No texto apresentado nesta quinta-feira, os candidatos registram que a abertura será “imediata, total, nas condições integrais aceitas por ambos, e simultânea para os dois candidatos”. A efetivação depende das providências do ministro André Mendonça e da requisição dos dados aos órgãos e às empresas responsáveis.

NOMEAÇÃO

Sem contratar temporários há dois anos, polícia penal deve nomear 1,6 mil aprovados em concurso

Estado já empossou 800 aprovados em concurso e prevê concluir as nomeações antes do prazo de adequação estabelecido pelo STF



REDAÇÃO

Após cerca de dois anos sem novas contratações temporárias para funções próprias da Polícia Penal, o estado deve nomear os 1,6 mil aprovados em concurso público até junho de 2027. O cronograma estadual antecipa o prazo de setembro de 2028 estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para adequar as contratações às regras constitucionais.

De acordo com a Polícia Penal, 800 servidores já tomaram posse. Em nota divulgada em 20 de outubro, o órgão informou que

o planejamento para substituir temporários por efetivos começou antes da decisão judicial e que as nomeações seguem o cronograma previsto.

O prazo de dois anos foi estabelecido pelo STF após a Corte declarar inconstitucionais, por unanimidade, normas estaduais que permitiam contratos temporários para atribuições próprias da polícia penal. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7069 foi concluído em 25 de setembro de 2026, e a conta-

gem considera a publicação da ata, em 30 de setembro. Relator do processo, o ministro Nunes Marques destacou que a Constituição prevê o preenchimento dos quadros das polícias penais por concurso público ou pela transformação de cargos preexistentes. O entendimento também estabelece que contratos temporários não podem suprir necessidades permanentes de pessoal. Entre as atividades exercidas por temporários em Goiás estavam revistas em presos e instalações,

escortas, controle de acesso, monitoramento e ações de inteligência prisional.

Em 2021, o Estado contava com 2.738 vigilantes penitenciários temporários, segundo documentos apresentados pela Procuradoria-Geral do Estado ao Supremo. A decisão não impede todas as contrata-

ções temporárias no sistema penitenciário. Vínculos por prazo determinado podem ser admitidos para funções distintas das atribuições próprias da polícia penal, como médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, desde que respeitados os requisitos constitucionais.

SPE CALMARIAS URBANISMO LTDA, CNPJ: 67.262.511/0001-52 torna público que Requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA de Alexânia-GO, a Licença Ambiental Prévia, para atividade de Parcelamento de Solo na Modalidade de Condomínio Urbanístico de Unidades com Gestão Autônoma, no endereço "Fazenda São Judas", Denominado Parte 01, Alexânia-GO.

ELEIÇÕES

Caiado nega articulação para assumir ministério com Flávio Bolsonaro

Ex-governador diz que eventual equipe deve priorizar aliados do senador desde o primeiro turno e prevê vitória do candidato do PL por até cinco pontos



REDAÇÃO

O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) negou manter conversas para integrar um eventual governo de Flávio Bolsonaro (PL). Em entrevista ao Blog do DK, do jornalista Domingos Ketelbey, o político disse que não há articulação para assumir um

ministério caso o senador vença a eleição presidencial.

“Não, de maneira nenhuma. Não tem nenhuma colocação em relação a este assunto. Esse assunto, eu sou muito cauteloso”, declarou Caiado.

O ex-governador também avaliou que a com-

posição ministerial de uma possível gestão de Flávio deve contemplar aliados que acompanharam o senador desde o início da campanha. “Eu acho que as pessoas que devem compor o ministério do Flávio são aqueles que estiveram com ele desde o começo. Então, não existe

nenhuma articulação nesse sentido”, garantiu.

Caiado declarou apoio a Flávio após o primeiro turno e participou de um evento em Goiânia ao lado do candidato. Na ocasião, apoiadores gritaram “ministro” ao se dirigirem ao ex-governador.

Apesar de negar nego-

ciações para ocupar um cargo no governo federal, Caiado voltou a demonstrar confiança na vitória do senador.

Ele projetou uma vantagem de três a cinco pontos percentuais para Flávio no segundo turno, marcado para domingo (25).

ELEIÇÕES

Transporte público será gratuito em 29 cidades goianas no 2º turno

Gratuidade vale para os 21 municípios da Região Metropolitana de Goiânia e outras oito cidades por decisão judicial



REDAÇÃO

Eleitores de 29 municípios goianos poderão usar o transporte coletivo gratuitamente no domingo (25), durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2026. A medida abrange as 21 cidades atendidas pela Rede Metropolitana de Transportes Coletivos (RMTC) e outras oito contempladas por decisão da Justiça Eleitoral.

Em Catalão, a determinação do juiz eleitoral Luiz Antônio Afonso Júnior, da

8ª Zona Eleitoral, atendeu a um pedido da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV). A decisão considerou os índices de abstenção no primeiro turno, que chegaram a 37, 11% em Anhanguera e 28,85% em Davinópolis. O pedido apontou a falta de transporte gratuito como um dos fatores que podem ter contribuído para a ausência de eleitores.

Além de Catalão, a gratuidade determinada judicialmente vale para

Anhanguera, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. O transporte urbano deverá ser gratuito durante todo o dia, e moradores da zona rural terão direito a deslocamento até os locais de votação quando a distância for de pelo menos dois quilômetros.

A decisão prevê o uso de veículos públicos disponíveis e a requisição de ônibus e outros veículos de transporte coletivo, com prioridade, sempre que

possível, para aqueles adaptados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O serviço deverá atender a todos os eleitores, sem propaganda eleitoral ou promoção pessoal de gestores.

As prefeituras deverão apresentar, em até 48 horas, informações sobre rotas, horários, distâncias, veículos e motoristas. O Ministério Público Eleitoral acompanhará o cumprimento das medidas.

Na Região Metropolitana de Goiânia, a gratuidade será aplicada aos 21 municípios atendidos pela RMTC.

Apenas na capital, 302 linhas deverão operar sem cobrança durante o domingo.

A medida segue a Resolução nº 23.751/2026 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que prevê transporte coletivo gratuito nos dias de votação, com frequência compatível com a dos dias úteis.

EDUCAÇÃO

UFG suspende aulas para facilitar ida de estudantes às urnas no 2º turno

Decisão do Cepec prevê interrupção das atividades acadêmicas em todos os câmpus nesta sexta-feira (23)



REDAÇÃO

Estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) terão as atividades acadêmicas suspensas nesta sexta-feira (23), em todos os câmpus da instituição. A medida foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec) para facilitar o deslocamento dos alunos aos domicílios eleitorais para votar no segundo turno das elei-

ções gerais, marcado para domingo (25).

A suspensão será estendida ao sábado (24) nos câmpus de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Cidade Ocidental. A decisão foi tomada em sessão extraordinária on-line do Cepec realizada na terça-feira (20), após análise de solicitações apresentadas por um conselheiro do colegiado e pelo Diretório Central dos

Estudantes (DCE-UFG).

Para a segunda-feira (26), a universidade prevê flexibilização das atividades acadêmicas. As orientações para aplicar a medida serão detalhadas em uma instrução normativa conjunta das Pró-Reitorias de Graduação (Prograd), de Pós-Graduação (PRPG) e de Extensão (Proex).

A suspensão não abrange as atividades administrativas,

que serão mantidas normalmente nos dias 23, 24 e 26 de outubro. Docentes, técnicos-administrativos em educação e estagiários devem seguir suas atividades regulares nesses dias.

Também ficam fora da medida a educação básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), além do internato e dos estágios dos cursos da área

da saúde.

Os grupos seguirão seus próprios calendários e a programação dos respectivos campos de prática.

Apesar da alteração pontual, o calendário acadêmico do segundo semestre permanece inalterado. O encerramento das atividades letivas da graduação e da pós-graduação continua previsto para 12 de dezembro.